



## BROCHIER - RS

---

### **Lei nº770/2002**

**Categoria:** Leis Orçamentárias

**Data de Publicação:** 5 de agosto de 2002

**VIDE Lei 850, de 25 de agosto de 2003.**

**REVOGADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.**

**LEI Nº 770, DE 05 DE AGOSTO DE 2002.**

**Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 61, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta lei estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, cria o respectivo quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos profissionais da educação em consonância com os princípios básicos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e demais legislação correlata.

**Art. 2º** - O regime jurídico dos profissionais da educação é o mesmo dos demais servidores do Município, observadas as disposições específicas desta lei.

#### **TÍTULO II**

##### **DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

**Art. 3º** - A carreira do magistério público do Município tem como princípios básicos:

**I** - Habilitação Profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica;



## BROCHIER - RS

---

**II** - Valorização Profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão, com aperfeiçoamento profissional continuado;

**III** - Piso salarial profissional definido por lei específica;

**IV** - Progressão funcional na carreira, mediante promoção baseada no tempo de serviço e merecimento;

**V** - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO ENSINO**

**Art. 4º** - O Município incumbir-se-á de oferecer a educação básica nos níveis da educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Art. 5º** - O Sistema Municipal de Ensino será próprio e compreende os níveis de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica, mantidos pelo Poder Público Municipal.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 6º** - A carreira do magistério público municipal é constituída pelo conjunto de cargos de professor e pedagogo, estruturada em seis (06) classes, dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe, cada uma compreendendo três níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a titulação pessoal do profissional da educação.

**Parágrafo Único** - Para fins desta Lei considera-se:

**I - MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:** o conjunto de professores e pedagogos que, ocupando cargo ou funções gratificadas nas unidades escolares e nos demais órgãos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desempenham atividades docentes ou especializadas, com vistas a alcançar os objetivos da educação;

**II - CARGO:** conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao profissional da educação, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada;

**III - PROFESSOR:** profissional da educação com habilitação específica para o exercício das funções docentes;

**IV - PEDAGOGO:** profissional da educação com formação em curso superior de graduação em pedagogia ou pós-graduação e habilitação específica para o exercício das funções de apoio técnico-administrativo-pedagógico;

**V - 1º CICLO:** as etapas correspondentes a 1º e 2º séries do ensino fundamental;



## BROCHIER - RS

---

**VI - 2º CICLO:** as etapas correspondentes a 3ª e 4ª séries do ensino fundamental.

### **Seção II**

#### **Das Classes**

**Art. 7º** - As classes constituem a linha de promoção dos profissionais da educação.

**Parágrafo Único** - As classes são designadas pelas letras A, B, C, D, E e F, sendo esta última a final de carreira.

**Art. 8º** - Todo cargo se situa, inicialmente, na classe "A" e a ela retorna quando vago.

### **Seção III**

#### **Da Promoção**

**Art. 9º** - Promoção é a passagem do profissional da educação de uma determinada classe para uma classe superior.

**Art. 10** - As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício mínimo na classe e ao merecimento.

**Art. 11** - O merecimento para promoção à classe seguinte será avaliado pelo desempenho de forma eficiente, pela assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional, projetos e trabalhos realizados.

**Art. 12** - A promoção a cada classe obedecerá os seguintes critérios de tempo e merecimento:

**I - para a classe A** - ingresso automático;

**II - para a classe B:**

**a)** três (3) anos de interstício na classe A;

**b)** cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cem (100) horas;

**c)** avaliação periódica de desempenho.

**III - para a classe C:**

**a)** quatro (4) anos de interstício na classe B;

**b)** cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cento e vinte (120) horas;

**c)** avaliação periódica de desempenho.

**IV - para a classe D:**

**a)** cinco (5) anos de interstício na classe C;



## BROCHIER - RS

---

**b)** cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cento e quarenta (140) horas;

**c)** avaliação periódica de desempenho.

### **V - para a classe E:**

**a)** seis (6) anos de interstício na classe D;

**b)** cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cento e sessenta (160) horas;

**c)** avaliação periódica de desempenho.

### **VI - para a classe F:**

**a)** sete (7) anos de interstício na classe E;

**b)** cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cento e oitenta (180) horas;

**c)** avaliação periódica de desempenho.

**§ 1º** - A mudança de classe importará numa retribuição pecuniária de dez por cento (10%) incidente sobre o vencimento básico do cargo do profissional da educação

**§ 2º** - Serão considerados como cursos de atualização e aperfeiçoamento, na área da Educação, todos os cursos, encontros, congressos, seminários e similares, cujos certificados apresentem conteúdo programático, carga horária e identificação do órgão expedidor.

**§ 3º** - A avaliação periódica de desempenho se dará nos termos de lei específica, envolvendo conhecimento, experiência, iniciativa, trabalhos e projetos elaborados no campo da educação.

**Art. 13** - Fica prejudicada a avaliação por merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, durante o interstício, sempre que o profissional da educação:

**I** - somar duas penalidades de advertência;

**II** - sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;

**III** - completar três (3) faltas injustificadas ao serviço;

**IV** - somar dez (10) atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para término da jornada.

**Parágrafo Único** - Sempre que ocorrerem quaisquer das hipóteses de interrupção previstas neste artigo, iniciará-se nova contagem para fins do tempo exigido para promoção.

**Art. 14** - Acarretam a suspensão da contagem do tempo para fins de promoção:

**I** - as licenças e afastamentos sem direito a remuneração;



## BROCHIER - RS

---

**II** - as licenças para tratamento de saúde no que excederem a noventa (90) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço;

**III** - as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família, no que excederem a trinta (30) dias;

**IV** - os afastamentos para exercício de atividades não relacionadas ao magistério.

**Art. 15** - As promoções terão vigência a partir do mês seguinte ao que o profissional da educação completar o tempo exigido, apresentar a documentação que comprove a realização dos cursos necessários para alcançar a concessão da vantagem e obtiver a avaliação de desempenho satisfatória, nos termos da lei.

### Seção IV

#### Da Comissão de Avaliação da Promoção

**Art. 16** - A Comissão de Avaliação da Promoção será constituída por um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, um representante do Conselho Municipal de Desportos, Educação e Cultura (COMDEC) e três professores e/ou pedagogos eleitos pelo corpo docente, dentre os das classes mais elevadas.

**Art. 17** - Compete à Comissão de Avaliação da Promoção:

**I** - informar os profissionais de educação sobre o processo de promoções em todos os seus aspectos;

**II** - fazer registro sistemático e objetivo da atuação do profissional da educação avaliado, dando-lhe conhecimento do resultado até dez (10) dias após a data do término da avaliação correspondente, para seu pronunciamento;

**III** - considerar o período anual de 1º de outubro a 30 de setembro para fins de registro de atuação do profissional avaliado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

**IV** - fornecer a cada membro do magistério avaliado até quarenta e cinco (45) dias após o encerramento da avaliação anual, cópia da respectiva ficha de registro de atuação profissional devidamente visada pela autoridade competente.

**Parágrafo Único** - O membro do magistério terá cinco (5) dias úteis a partir da data do conhecimento da avaliação para recorrer, se assim o desejar.

### Seção V

#### Dos níveis

**Art. 18** - Os níveis correspondem as titulações e habilitações dos profissionais da educação, independente do nível de atuação.

**Art. 19** - Os níveis serão designados pelos algarismos 1, 2, e 3, e serão conferidos de acordo com as seguintes exigências:

**Nível 1** - Habilitação específica em curso de nível médio, na modalidade Normal;

**Nível 2** - Habilitação específica em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena;

**Nível 3** - Habilitação específica em curso de pós-graduação de Especialização ou Aperfeiçoamento, com duração



## BROCHIER - RS

---

mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e desde que haja correlação com o curso superior de licenciatura ou de pedagogia.

§ 1º - A mudança de nível será automática e vigorará a contar mês seguinte em que o profissional da educação requerer e apresentar o comprovante da nova titulação.

§ 2º - O nível é pessoal, de acordo com a habilitação específica do profissional da educação, que o conservará na promoção à classe superior.

### CAPÍTULO IV

#### DO APERFEIÇOAMENTO

**Art. 20** - O aperfeiçoamento é o conjunto de procedimentos que visam proporcionar a atualização, capacitação e valorização dos profissionais da educação para a melhoria do ensino.

§ 1º - O aperfeiçoamento de que trata este artigo será desenvolvido e oportunizado ao profissional da educação através de cursos, seminários, encontros, simpósios, palestras, semanas de estudos e outros similares, conforme programas estabelecidos.

§ 2º - O afastamento do profissional da educação para o aperfeiçoamento, durante a carga horária de trabalho, dependerá de autorização conforme as normas previstas no Regime Jurídico, relativas ao servidor estudante e programas de incentivo determinados pelo Município.

### CAPÍTULO V

#### DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO

**Art. 21** - O recrutamento para os cargos de professor e de pedagogo será realizado para a educação infantil e ensino fundamental e far-se-á para a classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, de acordo com as respectivas habilitações e observadas as normas gerais constantes do Regime Jurídico dos servidores municipais.

**Art. 22** - Os concursos públicos para o cargo de professor serão realizados segundo os níveis de ensino da educação básica e habilitações seguintes:

~~**EDUCAÇÃO INFANTIL:** exigência mínima de habilitação de curso médio, na modalidade normal e/ou curso superior de licenciatura plena ou pedagogia com habilitação em educação infantil ou nível de pós-graduação na área;~~

**EDUCAÇÃO INFANTIL:** exigência mínima de formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica; ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal, para o exercício da docência na Educação Infantil; ([Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002](#)).

~~**ENSINO FUNDAMENTAL - 1º e 2º CICLO:** exigência mínima de habilitação de curso médio, na modalidade normal e/ou curso superior de licenciatura plena ou pedagogia com habilitação nas séries iniciais ou pós-graduação na área;~~

**ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º CICLO:** exigência mínima de formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica; ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível



## BROCHIER - RS

---

médio, na modalidade normal, para o exercício da docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental; ([Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002](#))

~~**ENSINO FUNDAMENTAL - 5ª a 8ª SÉRIES:** habilitação específica de curso superior em licenciatura plena ou pós-graduação na área.~~

**ENSINO FUNDAMENTAL - 5ª a 8ª SÉRIES:** exigência mínima de formação em curso superior de graduação plena correspondente a área de conhecimento específico, ou complementação pedagógica, nos termos da lei vigente, para o exercício da docência nas áreas finais do Ensino Fundamental. ([Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002](#))

**Art. 23** - Excepcionalmente o professor estável com habilitação para lecionar em quaisquer dos níveis de ensino referidos no artigo anterior, poderá requerer a mudança de nível de ensino.

**§ 1º** - A mudança de nível de ensino se dará de forma eventual e precária por prazo não superior a um (1) ano letivo, dependerá da existência de vaga em unidade de ensino e não poderá ocorrer se houver candidato aprovado em concurso público para o respectivo nível de ensino, salvo se nenhum deles aceitar a indicação para a vaga existente.

**§ 2º** - Para o preenchimento temporário de vaga na educação infantil, dar-se-á prioridade ao candidato com habilitação específica em curso de nível médio, na modalidade normal, com qualificação na área de educação infantil ou habilitação específica em nível superior.

**§ 3º** - Para o preenchimento temporário de vaga no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental, dar-se-á prioridade ao candidato com habilitação específica em curso de nível médio, na modalidade normal, com habilitação específica em nível superior

**§ 4º** - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga terá preferência na mudança de nível de atuação o professor que tiver, sucessivamente:

**I** - maior tempo de exercício no magistério público do Município;

**II** - maior tempo de exercício no magistério público em geral.

**§ 5º** - É facultado à Administração, diante da real necessidade do ensino municipal, proceder a mudança de nível de ensino de um professor, desde que observado o disposto nos parágrafos anteriores, de forma excepcional e temporária e devidamente motivada.

~~**Art. 24** - O concurso público para provimento do cargo de pedagogo será realizado em conformidade com as habilitações específicas de supervisão, orientação, administração, planejamento ou inspeção, conforme o interesse e necessidade do ensino e seus níveis.~~

**Art. 24** - O concurso público para provimento do cargo de pedagogo será realizado em conformidade com as habilitações específicas em Supervisão Escolar ou Orientação Pedagógica, conforme o interesse e a necessidade do ensino e seus níveis. ([Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002](#))

**Art. 25** - Compete ao Executivo a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de vagas no Quadro do Magistério Público Municipal, observada, rigorosamente, a ordem de classificação.



## BROCHIER - RS

---

**Art. 26** - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura designará o professor para a unidade escolar onde deverá ter exercício.

**Parágrafo Único** - A designação poderá ser alterada a pedido ou de ofício, conforme necessidade de prestação do serviço público.

### TÍTULO III

#### DO REGIME DE TRABALHO

**Art. 27** - O regime normal de trabalho dos profissionais da educação, com atuação no ensino fundamental de 5ª a 8ª séries será de vinte e duas (22) horas semanais, e o profissional atuante no ensino fundamental de 1º e 2º ciclo e na educação infantil terão regime de vinte e quatro (24) horas semanais, sendo vinte por cento (20%) dessas cargas horárias reservadas para atividades.

**Parágrafo Único** - As horas atividades são reservadas para estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático, bem como atender a reuniões pedagógicas e prestar colaboração com a administração da escola e com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Art. 28** - Para substituição temporária de professor legalmente afastado, para suprir falta de professor concursado, para atender serviço de apoio pedagógico ou nos casos de designação para o exercício de direção de escola, o professor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar de 10 (dez), 22 (vinte e duas) ou 24 (vinte e quatro) horas semanais em conformidade à necessidade dos níveis de ensino, da substituição ou pelo tempo que durar a função de direção de escola, atendidos os critérios explícitos no artigo 23.

~~§ 1º - A convocação para trabalhar em regime suplementar, nos casos de substituição, só ocorrerá após despacho favorável do Prefeito, consubstanciado em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida, que não poderá ultrapassar de cento e oitenta (180) dias.~~

**§ 1º** - A convocação para trabalhar em regime suplementar, nos casos de substituição, só ocorrerá após despacho favorável do Prefeito, consubstanciado em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida, que não poderá ultrapassar de cento e oitenta (180) dias, excetuando-se as convocações que se encontram em andamento, as quais terão os prazos mantidos até o final do corrente ano letivo. ([Redação dada pela Lei 793, de 21 de outubro de 2002](#))

**§ 2º** - Pelo trabalho em regime suplementar, o professor perceberá remuneração na mesma base em que se der o regime normal da convocação, observada a proporcionalidade da carga horária semanal.

**§ 3º** - Não poderá ser convocado para trabalho em regime suplementar o professor que estiver em acumulação de cargos ou função pública.

### TÍTULO IV

#### DAS FÉRIAS

**Art. 29** - O profissional da educação gozará, anualmente, trinta (30) dias de férias remuneradas na forma do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - As férias dos profissionais da educação coincidirão com o período de recesso escolar.





## BROCHIER - RS

---

### TÍTULO V

#### DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

**Art. 30** - Fica criado o Quadro do Magistério Público Municipal, que é constituído de cargos de professor, de pedagogo e de funções gratificadas.

**Art. 31** - São criados trinta e cinco (35) cargos de professor de vinte e quatro (24) horas semanais para atuar na educação infantil e nos 1º e 2º ciclos do ensino fundamental, dez (10) cargos de professor de 22 (vinte e duas) horas semanais para atuar na 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e dois (2) cargos de pedagogo de vinte e duas (22) horas semanais.

**Parágrafo Único** - ~~As especificações dos cargos efetivos de professor e de pedagogo são as que constam no Anexo Único desta lei.~~

**Parágrafo Único** - As especificações dos cargos efetivos de Professor e Pedagogo e das funções gratificadas de Diretor de Escola e Vice-Diretor são as que constam do Anexo Único desta Lei. ([Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002](#))

**Art. 32** - São criadas as seguintes Funções Gratificadas, específicas do magistério:

Quantidade	Denominação	Código
12	Diretor de Escola de até 50 alunos	FG 1
3	Diretor de Escola de 51 a 100 alunos	FG 2
1	Diretor de Escola a partir de 101 alunos	FG 3
4	Vice-Diretor	FG 1

**§ 1º** - O exercício das funções gratificadas é privativo de professor e/ou pedagogo do Município ou posto à disposição, com a devida habilitação.

**§ 2º** - As escolas com mais de 101 (cento e um) alunos ou com impedimento de tempo integral do diretor de escola com número acima de 51 (cinquenta e um) alunos terão vice-diretor, conforme regime de trabalho do seu cargo.

### TÍTULO VI

#### DO PLANO DE PAGAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### DA TABELA DE PAGAMENTO DOS CARGOS

#### E FUNÇÕES GRATIFICADAS

**Art. 33** - Os vencimentos dos cargos efetivos do magistério e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao padrão referencial fixado no artigo 34, conforme segue



## BROCHIER - RS

---

### I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO:

<b>Classes</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>A</b>	1	1,4	1,5
<b>B</b>	1,1	1,54	1,65
<b>C</b>	1,2	1,68	1,80
<b>D</b>	1,3	1,82	1,95
<b>E</b>	1,4	1,96	2,1
<b>F</b>	1,5	2,1	2,25

### II - FUNÇÕES GRATIFICADAS:

<b>Código</b>	<b>Coefficiente</b>
<b>FG1</b>	0,3
<b>FG 2</b>	0,4
<b>FG 3</b>	0,5

**Parágrafo Único** - Os valores decorrentes da multiplicação do coeficiente pelo valor do padrão referencial, serão arredondados para unidade de centavo seguinte.

**Art. 34** - O valor do padrão referencial é fixado em R\$ 325,85 (trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) para vinte e duas (22) horas semanais, e R\$ 355,47 (trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) para vinte e quatro (24) horas semanais e funções gratificadas.

### CAPÍTULO II

#### DAS GRATIFICAÇÕES

##### Seção I

##### Disposições Gerais

**Art. 35** - Além das gratificações e vantagens previstas para os servidores em geral do Município, conforme lei instituidora do Regime Jurídico, será deferida aos profissionais da educação a gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso.

**Parágrafo Único** - A gratificação de que trata este artigo será devida somente quando o professor estiver no efetivo exercício das atribuições em escola de difícil acesso, conforme o caso, e durante os afastamentos legais com direito a remuneração integral.

##### Seção II

##### Da Gratificação pelo Exercício



## BROCHIER - RS

---

### **em Escola de Difícil Acesso**

**Art. 36** - O profissional da educação lotado em escola de difícil acesso perceberá, como gratificação, respectivamente, 15% (quinze por cento), 20% (vinte por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do padrão referencial correspondente ao seu regime de trabalho, conforme classificação da escola em dificuldade mínima, média ou máxima.

**§ 1º** - As escolas de difícil acesso serão classificadas por decreto, baixado pelo Prefeito Municipal, mediante enquadramento em um dos graus de dificuldade de que trata este artigo.

**§ 2º** - São requisitos mínimos para classificação da escola como de difícil acesso:

**I** - localização na zona rural;

**II** - distância de mais de três (3) quilômetros da zona urbana do Município ou das sedes distritais;

**III** - inexistência de linha regular de transporte coletivo até mil (1000) metros da escola, ou transporte oferecido pelo Município.

## **TÍTULO VII**

### **DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

#### **DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA**

**Art. 37** - Consideram-se como de necessidade temporária as contratações que visem a:

**I** - substituir professor legal e temporariamente afastado; e

**II** - suprir a falta de professores aprovados em concurso público.

**Art. 38** - A contratação a que se refere o inciso I do artigo anterior somente poderá ocorrer quando não for possível a convocação de outro professor para trabalhar em regime suplementar, observado o disposto no artigo 28, devendo recair sempre que possível, em professor aprovado em concurso público que se encontre na espera de vaga.

**Parágrafo Único** - O professor concursado que aceitar contrato nos termos deste artigo, não perderá o direito a futuro aproveitamento em vaga do plano de carreira e nem sofrerá qualquer prejuízo na ordem de classificação.

**Art. 39** - A contratação de que trata o inciso II do artigo 37, observará as seguintes normas:

**I** - será sempre em caráter suplementar e a título precário, mediante verificação prévia da falta de professores aprovados em concurso público com habilitação específica para atender as necessidades do ensino;

**II** - a contratação nos termos do inciso anterior, obriga o Município a providenciar na abertura de concurso público no prazo de cento e oitenta (180) dias;

**III** - a contratação será precedida de seleção pública e será por prazo determinado de seis (6) meses, permitida a prorrogação se verificada a persistência da insuficiência de professores com habilitação de magistério e pedagogos;



## BROCHIER - RS

---

**IV** - somente poderão ser contratados professores ou pedagogos que satisfaçam a instrução mínima exigida para atuar em caráter suplementar e a título precário, conforme previsto na legislação federal que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**Art. 40** - As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

~~I - regime de trabalho de vinte e duas (22) horas ou vinte e quatro (24) horas semanais;~~

**I** - regime de trabalho com carga horária de acordo com as necessidades do currículo de atividades ou componentes curriculares exigidos pelo estabelecimento de ensino; ([Redação dada pela Lei 822, de 10 de março de 2003](#))

**II** - vencimento mensal igual ao valor do padrão básico do profissional da educação;

**III** - gratificação natalina e férias proporcionais ao término do contrato;

**IV** - gratificação de difícil acesso, nos termos desta lei;

**V** - inscrição no regime geral de previdência social - INSS.

### TÍTULO VIII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 41** - Ficam extintos todos os cargos efetivos, em comissão ou funções gratificadas específicas do Magistério Público Municipal anteriores a vigência desta Lei.

**Parágrafo Único** - Os atuais integrantes dos cargos extintos por este artigo, devidamente habilitados, são aproveitados em cargos equivalentes, criados por esta lei, observados o nível e classe em que se encontram.

**Art. 42** - O professor concursado e habilitado, atualmente atuando no 1º e 2º ciclo do ensino fundamental, poderá requerer mudança para a educação infantil, a título de reequadramento, com uma jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, mediante termo de opção, conforme as vagas disponíveis.

**§ 1º** - O requerimento de que trata o "caput" deste artigo deverá ser protocolado no prazo de trinta (30) dias a contar da vigência desta lei.

**§ 2º** - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga, terá preferência o professor que tiver, sucessivamente:

**I** - maior titulação na função;

**II** - maior tempo de exercício no magistério público do Município;

**III** - maior tempo de exercício no magistério público em geral.

**Art. 43** - Os atuais professores do ensino fundamental de 1º e 2º ciclo e de educação infantil, com regime de trabalho de vinte e duas (22) horas semanais, passarão a cumprir vinte e quatro (24) horas semanais, com a remuneração proporcional ao número de horas acrescido, de acordo com a nova jornada de trabalho.



## BROCHIER - RS

---

**Art. 44** - Esta Lei entra em vigor a partir do dia 1º do mês seguinte a sua publicação.

**Art. 45** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 008/89, 60/90, 138/91, 234/93 e 505/98.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 05 DE AGOSTO DE 2002.**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:**

**Data. Supra.**

**VALMOR GRIEBELER**

**Prefeito Municipal**

**ASTOR PLINIO SCHERER RUBIO KLEBER**

**Secret. Munic. Admin. e Fazenda Secret. Munic. Educação e Cultura**

### **ANEXO ÚNICO**

### **ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS**

**CARGO: PROFESSOR**

**ATRIBUIÇÕES:**

**a) Descrição Sintética:** orientar a aprendizagem do aluno; participar no processo de planejamento das atividades da escola; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

**b) Descrição Analítica:** planejar e executar o trabalho docente; levantar e interpretar dados relativos a realidade de sua classe; estabelecer mecanismos de avaliação; constatar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observações do aluno; participar de atividades extra-classe; coordenar a área do estudo; integrar órgãos complementares da escola; participar, atuar e coordenar reuniões e conselhos de classe; executar tarefas afins.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

\* **Carga horária semanal:** 22 horas e/ou 24 horas.

\* **Recrutamento:** geral, concurso público de provas e títulos a ser efetuado por área de especialização.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

\* **Instrução formal:** habilitação legal para o exercício do cargo.

\* **Lotação:** exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

\* **Idade mínima:** 18 anos.



## BROCHIER - RS

---

### **CARGO: PEDAGOGO**

#### **ATRIBUIÇÕES:**

**a) Descrição Sintética:** executar atividades específicas de planejamento, administração, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

#### **b) Descrição Analítica:**

“ATIVIDADES COMUNS” – assessorar no planejamento da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando a atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar; atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração do Plano Global da Escola, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares; participar da distribuição das turmas e da organização da carga horária; acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; prolar pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo pedagógicas na escola e nos demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões específicas; planejar, junto com a direção e professores, a recuperação de alunos; participar no processo de integração família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de diretor ou vice-diretor, quando nela investido; executar tarefas afins.

“NA ÁREA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL” – elaborar o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional, a partir do Plano Global da Escola; assistir as turmas realizando entrevistas e aconselhamentos, encaminhando, quando necessário, a outros profissionais; orientar o professor na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas; promover sondagem de aptidões e oportunizar informação profissional; participar da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e grupos de alunos; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente às escolas; sistematizar as informações coletadas necessárias ao conhecimento global do educando; executar tarefas afins.

“NA ÁREA DE SUPERVISÃO ESCOLAR” – coordenar a elaboração do Plano Global da Escola; coordenar a elaboração do Plano Curricular; elaborar o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir do Plano Global da Escola; orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto a métodos e técnicas de ensino; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Plano Curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, colaborando com a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analisar o histórico escolar dos alunos com vistas a adaptações, transferências, reingressos e recuperações; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas; estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins.

“NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR” – assessorar a direção da escola na definição de diretrizes de ação, na aplicação da legislação referente ao ensino e no estabelecimento de alternativas de integração da escola com a comunidade; colaborar com a direção da escola no que for pertinente à sua especialização; assessorar a direção dos órgãos de administração do ensino na operacionalização de planos, programas e projetos; executar tarefas afins.

“NA ÁREA DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO” – assessorar na definição de políticas, programas e projetos educacionais; compatibilizar planos, programas e projetos das esferas federal e municipal; participar da elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos; assessorar na definição de alternativas de ação; executar



## BROCHIER - RS

---

tarefas afins.

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

\* **Carga horária semanal:** 22 horas

\* **Recrutamento:** geral, por concurso público de provas e títulos.

### **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

\* **Instrução formal:** habilitação legal para o exercício do cargo.

\* **Lotação:** exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

\* **Idade mínima:** 18 anos.

*Anexo a seguir dado pela [Lei 792, de 14 de outubro de 2002:](#)*

## ANEXO ÚNICO

### **ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS**

#### **CARGO: PROFESSOR**

#### **ATRIBUIÇÕES:**

**a) Descrição Sintética:** participar no processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

**b) Descrição Analítica:** elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos a realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extra-classe; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

\* **Carga horária semanal:** 22 horas e/ou 24 horas.



## BROCHIER - RS

---

\* **Recrutamento:** ingresso por concurso público de provas e títulos, realizado para a educação infantil e/ou séries iniciais do ensino fundamental e para as séries finais do Ensino Fundamental.

### REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

#### \* **Instrução:**

a) formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica; ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal, para o exercício da docência na Educação Infantil e/ou séries iniciais do Ensino Fundamental.

b) formação de curso superior de graduação plena correspondente a área de conhecimento específico, ou complementação pedagógica, nos termos da lei vigente, para o exercício da docência nas séries finais do Ensino Fundamental.

\* **Lotação:** exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

\* **Idade mínima:** 18 anos.

### CARGO: PEDAGOGO

#### ATRIBUIÇÕES:

a) **Descrição Sintética:** executar atividades específicas, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

#### b) **Descrição Analítica:**

“ATIVIDADES COMUNS DO APOIO PEDAGÓGICO” - assessorar no planejamento do plano pedagógico da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando à atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar; atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração do Plano Global da Escola, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares; participar da distribuição das turmas e da organização da carga horária; acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; proferir pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e nos demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões específicas; planejar, junto com a direção e professores, a recuperação paralela de alunos; participar no processo de integração família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de diretor ou vice-diretor, quando nela investido.

“ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL” - elaborar o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional, de acordo com o Projeto Pedagógico e Plano Global da Rede Escolar; assistir as turmas realizando entrevistas e aconselhamentos, encaminhando, quando necessário, a outros profissionais; orientar o professor na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas; promover sondagem de aptidões e oportunizar informação profissional; participar da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e grupos de alunos; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente às escolas; sistematizar as informações





## BROCHIER - RS

---

coletadas necessárias ao conhecimento global do educando; executar tarefas afins.

“ATIVIDADES ESPECÍFICAS NA ÁREA DE SUPERVISÃO ESCOLAR” - coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico e Plano Global da Rede Escolar; coordenar a elaboração do Plano Curricular; elaborar o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir do Plano Global; orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto a métodos e técnicas de ensino na avaliação dos alunos; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Plano Curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, colaborando com a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analisar o histórico escolar dos alunos com vistas a adaptações, transferências, reingressos e recuperações; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas; estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

\* **Carga horária semanal:** 22 horas

\* **Recrutamento:** geral, por concurso público de provas e títulos, a ser efetuado por área de especialização

### **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

\* **Instrução:** formação em curso superior de Pedagogia ou Pós-Graduação em Pedagogia com habilitação específica em Supervisão Escolar ou Orientação Pedagógica e experiência mínima de dois anos de docência.

\* **Lotação:** exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

\* **Idade mínima:** 18 anos.

### **FUNÇÃO GRATIFICADA: DIRETOR DE ESCOLA**

### **ATRIBUIÇÕES:**

Representar a escola na comunidade; responsabilizar-se pelo funcionamento da escola a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Metas da Administração Pública Municipal; coordenar, em consonância com a Secretaria de Educação, a elaboração, a execução e a avaliação da proposta político-pedagógica da Escola; coordenar a implantação da proposta político-pedagógica da escola, assegurando o cumprimento do currículo e do calendário escolar; organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos; administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola; velar pelo cumprimento do trabalho de cada docente; divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola; apresentar, anualmente, à Secretaria de Educação e comunidade escolar, a avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino, bem como aceitar sugestões de melhorias; manter o tombamento dos bens públicos da escola atualizado, zelando pela sua conservação; assessorar e acompanhar as atividades dos Conselhos Municipais da área da educação; oportunizar discussões e estudos de temas que envolvam o cumprimento das normas educacionais; articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; avaliar o desempenho dos professores sob sua direção.

### **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ser professor ou pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo, contando com, pelo menos, dois anos de exercício na docência.



## BROCHIER - RS

---

### **FUNÇÃO GRATIFICADA: VICE-DIRETOR**

#### **ATRIBUIÇÕES:**

Executar atividades em consonância com o trabalho proposto pela direção da escola e a proposta pedagógica; responsabilizar-se pelas questões administrativas no turno em que desempenhar suas funções; substituir a direção da escola nos seus impedimentos legais; representar o diretor na sua ausência; executar atribuições que lhe forem delegadas pela direção; participar das reuniões administrativas e pedagógicas da escola e outras tarefas afins.

#### **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ser professor ou pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo, contando com, pelo menos, dois anos de exercício na docência. *(Redação dada pela Lei 792, de 14 de outubro de 2002)*

### **PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO E**

#### **RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES**

#### **ÍNDICE SISTEMÁTICO**

#### **Matéria Artigos**

TÍTULO I Disposições Preliminares.....	1º e 2º
TÍTULO II Da Carreira do Magistério	
Capítulo I Dos Princípios Básicos.....	3º
Capítulo II Do Ensino.....	4º e 5º
Capítulo III Da Estrutura da Carreira	
Seção I Das Disposições Gerais.....	6º
Seção II Das Classes.....	7º e 8º
Seção III Da Promoção.....	9º a 15
Seção IV Da Comissão de Avaliação da Promoção.....	16 e 17
Seção V Dos Níveis.....	18 e 19
Capítulo IV Do Aperfeiçoamento.....	20
Capítulo V Do Recrutamento e da Seleção.....	21 a 26
TÍTULO III Do Regime de Trabalho.....	27 e 28
TÍTULO IV Das Férias.....	29
TÍTULO V Do Quadro do Magistério.....	30 a 32



## BROCHIER - RS

---

### TÍTULO VI Do Plano de Pagamento

Capítulo I Da Tabela de Pagamento dos Cargos e Funções Gratificadas.. 33 e 34

### Capítulo II Das Gratificações

Seção I Disposições Gerais..... 35

Seção II Da Gratificação pelo Exercício em Escola de Difícil Acesso..... 36

### TÍTULO VII Da Contratação por Tempo Determinado de

Necessidade Temporária..... 37 a 40

TÍTULO VIII Disposições Gerais e Transitórias..... 41 a 45